

PODER EXECUTIVO

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 5.448/2025

Vereadores Autores: Leandra Lopes e Tico Jardim.

Dispõe sobre a implantação do “Programa Feira da Mulher do Campo” no Município de Macaé e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ, no uso de suas atribuições legais, delibera e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei disciplina diretrizes para implantação do Programa Feira da Mulher do Campo no Município de Macaé com objetivo de promover a inclusão e a valorização da mulher rural, através da comercialização e divulgação dos produtos oriundos da agricultura familiar de suas comunidades, como forma de fomentar e valorizar as mulheres rurais.

Art. 2º São diretrizes do Programa:

I - viabilizar o processo produtivo e promover a geração de renda, através da exposição e comercialização de seus produtos;

II - contribuir com o abastecimento alimentar, ofertando produtos de qualidade;

III - garantir a saúde e a segurança alimentar, bem como melhorar a qualidade de vida das famílias rurais;

IV - capacitar as beneficiárias em técnicas de manipulação de alimentos, processamento, embalagem e noções de mercado.

Art. 3º Os produtos a serem comercializados na feira deverão ser produzidos dentro dos limites do município, onde será implantada por mulheres pré-cadastradas e que sejam caracterizadas como participantes da agricultura familiar.

Parágrafo único. Comercializar-se-ão na feira produtos da agricultura familiar e agricultura orgânica, variedades de comidas e bebidas típicas da região, de plantas e flores naturais.

Art. 4º Fica expressamente proibido o trabalho, de qualquer forma, de menores de idade ou a permanência destes nas barracas sem o acompanhamento dos pais ou responsável.

Art. 5º É vedada a revenda de produtos adquiridos ou comprados de produtores de outros municípios ou de atacadistas.

Art. 6º A implantação, coordenação e acompanhamento do Programa ficará a cargo do órgão competente designado pelo Poder Executivo.

Art. 7º O Poder Executivo estabelecerá os regulamentos necessários à implementação do disposto nesta Lei, no que couber.

Art. 8º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 9º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO, em 16 de dezembro de 2025.

WELBERTH PORTO DE REZENDE
PREFEITO

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 5.449/2025

Vereadora Autora: Dra. Mayara Rezende

Dispõe sobre a criação do cadastro de profissionais com deficiência, no âmbito do Município de Macaé e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ, no uso de suas atribuições legais, delibera e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Cadastro Municipal de Profissionais com Deficiência, destinado a reunir informações de pessoas com deficiência física, sensorial, intelectual ou múltipla, com vistas a fomentar sua inclusão no mercado de trabalho.

Art. 2º O Cadastro Municipal terá por objetivo:

I – disponibilizar às empresas e órgãos públicos um banco de dados atualizado de profissionais com deficiência aptos a ingressar no mercado de trabalho;

II – subsidiar a formulação, execução e avaliação de políticas públicas de inclusão laboral;

III – apoiar programas de qualificação e requalificação profissional;

IV – identificar barreiras à efetivação do direito ao trabalho da pessoa com deficiência.

Art. 3º A adesão ao Cadastro será facultativa e dependerá de inscrição voluntária do interessado ou de seu representante legal.

Art. 4º As pessoas jurídicas de direito público e privado poderão, mediante cadastro específico, disponibilizar suas vagas de emprego destinadas a pessoas com deficiência, de modo a ampliar as oportunidades de contratação.

Art. 5º O Município poderá celebrar convênios, termos de cooperação ou parcerias com instituições públicas e privadas para coleta, manutenção e utilização das informações com interesse na contratação, capacitação e oportunidades a profissionais com deficiência, respeitada a legislação pertinente.

Parágrafo único. Para assegurar a confidencialidade, a privacidade e as liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, bem como os princípios éticos que regem a utilização de seus dados, deverão ser observadas as garantias de confidencialidade e proteção de dados pessoais, nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).

Art. 6º As informações constantes do cadastro poderão ser utilizadas para a realização de campanhas, feiras de empregabilidade, parcerias institucionais e outras ações voltadas à promoção do trabalho inclusivo.

Art. 7º O Poder Executivo Municipal, por meio das Secretarias competentes, poderá criar mecanismos e instrumentos para divulgação de forma a proporcionar maior aderência o cadastramento.

Art. 8º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO, em 16 de dezembro de 2025.

WELBERTH PORTO DE REZENDE
PREFEITO

**UNIDOS
CONTRA
O AEDES**

CADA CIDADÃO É UM

**AGENTE DE
COMBATE**



**TEM
AEDES
POR AÍ?**

NÃO DEIXE O MOSQUITO
SE CRIAR NA SUA CASA!